

CLIPPING IMPRESSO

04/08/2021



INDICE

1. CNJ	
1.1. JORNAL ATOS E FATOS.....	1
2. CONVÊNIOS	
2.1. JORNAL PEQUENO.....	2
3. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
3.1. JORNAL O PROGRESSO.....	3 - 5
4. INSTITUCIONAL	
4.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	6
4.2. JORNAL O IMPARCIAL.....	7 - 9
5. PUBLICIDADE LEGAL	
5.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	10

CNJ lança ação para colher biometria e emitir documentos a presos

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou ontem (3) a Ação Nacional de Biometria e Documentação Civil de Pessoas Presas, com o objetivo de lidar com o grande número de pessoas sem documentos no sistema penitenciário.

Segundo dados do Executivo, cerca de 80% das pessoas presas não têm documentos em seus prontuários. A iniciativa do CNJ reuniu 150 instituições locais e nacionais em uma estrutura voltada para a emissão de documentos e coleta de biometria dos detentos.

De acordo com o CNJ, o projeto deve uniformizar o uso da biometria em todo o país, evitando erros como as prisões por engano. A ação contará com a parceria do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para manter um banco nacional que integrará os dados coletados em um banco nacional, com fluxos contínuos para emissão de documentos.

Até setembro, 5,4 mil equipamentos biomé-

tricos serão distribuídos às 27 unidades da federação, segundo o CNJ. Os kits serão destinados a varas que realizam audiências de custódia, varas de execução penal e a unidades de privação de liberdade, seguindo diretrizes da resolução 306/2019. O programa prevê também o treinamento dos profissionais que realizarão a coleta de dados e a identificação civil.

Numa cerimônia para lançar a iniciativa, nesta terça-feira (3), o presidente do CNJ, ministro Luiz Fux, destacou que a identificação civil é pré-requisito para acessar diversas políticas públicas e que por isso é uma obrigação do Estado fornecer documentação a quem não possui.

“Não facilitar que essas pessoas [presas] se apresentem documentalmente é inviabilizar completamente a sua reintegração social, seu acesso a programas sociais seu acesso a tudo que se oferece a todo e qualquer brasileiro”, disse Fux.

ESTADO MAIOR

Retorno

A Câmara Municipal de São Luís e a Assembleia Legislativa voltaram ontem a ter sessão presencial nas Casas.

A previsão é de que os trabalhos nos dois legislativos devam ser normalizados até o mês o próximo mês.

No Poder Judiciário no Maranhão, as sessões presenciais devem voltar em setembro, segundo decisão do Supremo Tribunal Federal na segunda-feira (2).

	TJMA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico SRP nº 44/2021 Processo nº 15703/2021		
Objeto: Registro de Preço para aquisição de materiais e equipamentos para garantia do funcionamento da rede de computadores do TJMA; Abertura: 17/08/2021 às 10:00h (horário de Brasília); Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/ ; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luis/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br ; Fone: (98) 3261-6181/6194. São Luis/MA, 02 de Agosto de 2021.		
Thiego Chung de Farias - Pregoeiro TJMA (Uasg 925125).		

Reforma administrativa federal sai ainda este mês

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse ontem (3) ter a expectativa de que o texto da reforma administrativa seja votado no plenário da Casa até o final de agosto. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20 tramita em uma comissão especial, que ainda precisa debater e votar o parecer do relator Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), antes de o texto ser votado em plenário. PÁGINA 2

CONGRESSO

Reforma administrativa ainda este mês

PEC foi enviada pelo governo ao Congresso em setembro do ano passado e expectativa é que seja votada pelos deputados em agosto

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse ontem (3) ter a expectativa de que o texto da reforma administrativa seja votado no plenário da Casa até o final de agosto. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20 tramita em uma comissão especial, que ainda precisa debater e votar o parecer do relator Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), antes de o texto ser votado em plenário.

“Esperamos ter a possibilidade de agora ao final do mês de agosto, pelo que conversávamos com o relator e com o presidente [da comissão, Fernando Monteiro (PP-PE)] de ter acesso a esse texto no plenário”, disse Lira durante debate promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o jornal O Estado de São Paulo para debater o tema.

Lira disse ainda que será preciso articulação e habilidade na comissão para cumprir esse calendário antes de votar e remeter o texto para análise do Senado. De acordo com o presidente da Câmara, o calendário para votar a PEC será curto, em razão das eleições no ano que vem, mas é possível que a proposta possa ser aprovada até novembro pelas duas Casas.

Segundo Lira, depois de novembro, a pauta do Congresso vai girar em torno da aprovação do Orçamento da União para 2022. O deputado lembrou ainda que após o recesso de final de ano, o debate em torno das eleições vai polarizar o país, dificultando a votação de reformas.

“Temos a obrigação de entregar as

matérias estruturantes para o país até novembro, e depois com orçamento, recesso, eleição, fica complicado, pois os interesses políticos se sobressairão”, afirmou.

Encaminhada pelo governo federal ao Congresso em setembro do ano passado, a PEC altera disposições constitucionais sobre servidores, empregados públicos e também modifica a organização administrativa do Estado.

Entre outros pontos, a proposta acaba com a estabilidade do servidor público e estabelece cinco novos tipos de vínculos para os novos servidores. Pela proposta, apenas as carreiras típicas de Estado terão a garantia de estabilidade no cargo após um período de experiência. A proposta define ainda que uma lei complementar vai determinar quais serão essas carreiras e seus critérios.

Também será permitido o ingresso no serviço público federal por seleção simplificada para alguns vínculos, inclusive com a previsão de vínculo por prazo determinado. A PEC também prevê a substituição das “funções de confiança”, que atualmente devem ser ocupadas por servidores que tenham cargos efetivos, pelos “cargos de liderança e assessoramento”.

Direitos

Durante o debate, Lira garantiu que a reforma não vai atacar direitos adquiridos dos atuais servidores. “A reforma visa dar uma melhor condição de serviço do Estado e torná-lo mais

leve e previsível, e que os investidores nacionais e internacionais saibam que os gastos serão contidos, e vamos analisar os serviços, não o servidor. Não vamos atacar qualquer direito adquirido”, disse.

Em maio, a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado divulgou uma nota técnica apontando que, caso a proposta seja implementada, haverá piora na situação fiscal da União. De acordo com a nota, as alterações propostas pela PEC em relação aos contratos de gestão e com o fim das restrições atualmente existentes à ocupação de cargos em comissão e funções de confiança vão levar a um aumento da corrupção na administração pública.

Lira foi questionado ainda sobre o fato de a reforma não incluir os membros do Poder Judiciário, Ministério Público e tribunais de contas. Segundo o presidente da Câmara, é preciso que o Poder Judiciário encaminhe sua proposta para a Câmara não correr o risco de extrapolar limites constitucionais.

“Se pudéssemos fazer a inclusão de todos os poderes, nós faríamos. Mas eu penso, posso estar errado, que como o Executivo mandou a reforma dele, o Legislativo está com a dele inserida, o Judiciário precisaria mandar. Se o Judiciário não mandar, eu penso que poderíamos estar extrapolando os nossos limites constitucionais com relação a esse assunto. Mas isso a comissão especial e o relator terão a sabedoria necessária para dirimir essas dúvidas”, disse.

ELEIÇÕES 2022

Bolsonaro acusa presidente do TSE de favorecer Lula



MANDATÁRIO INSINUA QUE ATUAÇÃO DO MAGISTRADO ESTÁ LIGADA A UM MOVIMENTO ARTICULADO DE FORA DO BRASIL

O presidente Jair Bolsonaro, em mais um ataque ao presidente do Tribunal Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, afirmou, nesta terça-feira (3/8), que o magistrado se opõe ao voto impresso pelo “interesse pessoal” de favorecer a eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na disputa pelo Planalto em 2022.

“Eu não estou aqui para criticar Poder nenhum. Mas tiraram o cara (Lula) da cadeia, tornaram ele elegível, para não ser presidente? É improvável. Agora, por que tiraram aquele cara da cadeia, por que o tornaram elegível? Passou na primeira instância, segunda instância, terceira instância. Na quarta: ‘Ah, o foro dele não é em Curitiba’. Pelo amor de Deus!”, disse Bolsonaro, durante entrevista à TV Píauí. “E anularam as provas também. Vários delatores devolveram mais de R\$ 3 bilhões, uma prova de crime”, prosseguiu o presidente.

Bolsonaro disse que a atuação do

ministro Barroso, que também é membro do Supremo Tribunal Federal (STF), está relacionada a um movimento articulado de fora do Brasil. Afirmou ainda que a facada de que foi vítima na campanha de 2018 faz parte desse suposto complô. Além disso, novamente sem apresentar provas, voltou a dizer que houve fraudes nas eleições que ele próprio venceu.

“Você sabe os interesses de fora no Brasil, os interesses daqueles que perderam o poder para uma pessoa que não tinha nada para chegar. Tentaram me matar mas não conseguiram, depois até mesmo as eleições em si. E eu acredito que me só elegi porque tive muitos votos, caso contrário não teria sido eleito”, disse o chefe do governo. Segundo ele, muitas coisas estão em jogo, inclusive a indicação de nomes para compor o STF.

“O que está em jogo também nas eleições de 22? Quem se eleger vai indicar mais dois nomes para o Supre-

mo Tribunal Federal. É muita coisa em jogo. E se, porventura, tivermos desconfiança de fraude? Eu vou recorrer ao Supremo Tribunal Federal, cujo relator deve ser o ministro Barroso?”, questionou o presidente. “Por que o Barroso não fica livre dessa manta de desconfiança e não diz ‘vamos fazer o voto impresso’, de modo que possamos ter a garantia de que em quem o povo votou foi naquela pessoa?”

O presidente voltou a mentir ao afirmar que as urnas eletrônicas são vulneráveis a fraudes e não podem ser auditadas. “Temos um problema pela frente: umas urnas eletrônicas que você não tem como auditá-las. E uma pessoa apenas, o ministro do Supremo Tribunal Federal, diz que a gente tem que acreditar”, afirmou, ainda em referência a Barroso. “Se eu estou apresentando mais uma forma de nós colocarmos um filtro e garantir a lisura das eleições, por que ele é contra? A gente começa a pensar outra coisa”.

Coordenadoria da Infância destaca projeto de Açailândia sobre ECA

A Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (CIJ/TJMA) destaca o projeto “Você conhece o ECA?”, idealizado pela 2ª Vara da Família da Comarca de Açailândia (MA), que foi classificado na 1ª fase do Prêmio Prioridade Absoluta, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dentre 110 práticas inscritas.

Com o intuito de orientar e ampliar a divulgação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foi desenvolvida uma cartilha sobre o tema, com uma abordagem simples, objetiva e criativa.

Por meio de palestras educativas e distribuição do material informativo, o projeto contemplou cerca de 4 mil pessoas, no ano de 2019, dentre estudantes, professores, professoras, funcionários e funcionárias, de 23 escolas da

rede municipal, de turmas do 7º ao 9º ano, em Açailândia, Cidelândia e São Francisco do Brejão.

O presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA, desembargador José de Ribamar Castro, ressaltou a importância da classificação, ao identificar, selecionar, fomentar e disseminar boas práticas dos tribunais brasileiros, que contribuem para a promoção de direitos das crianças e dos adolescentes, além de aprimorar políticas públicas voltadas para a área.

A prática “Você conhece o ECA?” conquistou o 4º lugar no eixo Protetivo, na categoria Juiz. O projeto possui autoria da juíza titular da 2ª Vara da Família de Açailândia, Clécia Pereira Monteiro, e dos comissários de Justiça Diogo Magalhães e Fabrício Gomes. O desembargador Castro tam-

bém parabenizou a juíza Clécia Pereira Monteiro e os comissários de Justiça pela idealização do projeto e pela classificação.

Iniciativas de todas as regiões do Brasil concorreram à premiação que visa selecionar, premiar e disseminar ações, projetos ou programas voltados à promoção, valorização e respeito dos direitos de crianças e adolescentes.

PRÊMIO

O 1º Prêmio Prioridade Absoluta - criado por meio da Resolução CNJ nº 355/2020 - é promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cul-

tura (Unesco) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

A iniciativa busca atender determinações da Constituição Federal e das leis infraconstitucionais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Marco Legal da Primeira Infância, que determinam a prioridade absoluta a crianças e jovens.

Mais de 100 práticas foram analisadas e passaram por duas etapas: uma eliminatória, em que foi analisado o atendi-

mento aos requisitos formais previstos no Regulamento; e outra classificatória, com a verificação dos critérios também estipulados no Regulamento.

EIXOS TEMÁTICOS

Nesta edição de 2021, serão premiadas as práticas relacionadas às medidas protetivas (eixo temático I) e às infracionais (eixo temático II), cada uma subdividida em cinco categorias: Tribunal, Juiz, Sistema de Justiça, Poder

Público, e Empresas e Sociedade Civil Organizada. Será premiada uma prática de cada categoria dos eixos I e II, totalizando dez premiações.

As práticas premiadas ou que receberem menção honrosa constarão no banco de boas práticas a ser criado pelo CNJ e serão objeto de disseminação e fomento de conhecimento para que sejam replicadas. (*Amanda Campos / Ascom TJMA- com informações da Agência CNJ Notícias*)

Divulgação



O presidente da CIJ, desembargador José de Ribamar Castro, ressaltou a importância da classificação para a disseminação de boas práticas dos tribunais

Prazo para adesão ao Selo Unicef termina neste domingo (8)

Os municípios maranhenses têm até o domingo (8) para assumirem o compromisso com o pacto pela infância, por meio da adesão à estratégia Selo Unicef - edição 2021–2024. A iniciativa liderada pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef) visa promover uma agenda municipal em que os direitos de crianças e adolescentes sejam prioridade absoluta. Prefeitos e prefeitas têm o prazo até o dia 8 de agosto para realizar a adesão (www.selounicef.org.br/adesao).

Ensino remoto, evasão escolar, cobertura vacinal e saúde mental são alguns dos desafios que os municípios enfrentam para garantir políticas públicas para crianças e adolescentes, situação agravada com a pandemia da Covid-19. Por isso, o Selo Unicef busca fortalecer a atuação das gestões municipais nesses e em muitos outros desafios. Com o objetivo de fortalecer as políticas públicas em áreas centrais para a realização e a garantia dos direitos de meninas e meninos em cada município, o Selo Unicef traz impactos concretos e de longo prazo.

No Maranhão, a implementação do Selo Unicef acontece há 16 anos e, nesta edição, é encorajada por meio dos compromissos firmados pelo Unicef com o Governo do Estado do Maranhão, Instituto Formação, Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) e a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem).

De acordo com Ofélia Silva, chefe do escritório do Unicef em São Luís, a expectativa para esta edição do Selo Unicef (2021-2024) é de que o Maranhão supere os resultados alcançados na edição passada, que teve 56 municípios maranhenses certificados. “Terminamos a edição anterior com o engajamento ativo de quase 170

municípios. Dessa vez, esperamos um número maior de municípios participantes e certificados. Obviamente, para que isso aconteça, o compromisso do Unicef e a expectativa com todos os parceiros é de melhorar os indicadores básicos de saúde, educação e assistência social no estado do Maranhão, especialmente agora, relativos aos impactos diretos e indiretos da Covid-19 em populações vulneráveis”, afirmou Ofélia Silva. Até o momento, 164 cidades já aderiram ao Selo Unicef no Maranhão. A adesão é feita pelos prefeitos e prefeitas dos municípios, com acompanhamento dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, em um processo de forma online, pelo site www.selounicef.org.br/

ARTICULAÇÃO ENTRE GOVERNO E PREFEITURAS

Na ocasião do lançamento desta nova edição do Selo Unicef no Maranhão, o governador Flávio Dino reforçou o apoio do governo do Estado à estratégia. “Essa é uma articulação do Estado com as prefeituras, que no ciclo anterior resultou no fato do Maranhão ter um dos melhores desempenhos do Brasil, o melhor da Amazônia. Isso faz com que nós tenhamos muita motivação em acreditar que esses investimentos realizados pelo Estado e pelos municípios vão continuar a produzir efeitos, e, por essa razão, nesse novo ciclo do Selo Unicef nós estamos ampliando o apoio a essa instituição internacional, a fim de que o Unicef tenha no nosso estado os mecanismos, instrumentos, a capacidade de apoiar mais fortemente as ações dos municípios, a fim de que tenhamos maior engajamento e grande sucesso”, declarou o governador. O secretário de Estado de Políticas Públicas e

articulador estadual do Selo Unicef, Marcos Pacheco, chamou a atenção para o fim do prazo de adesão dos municípios e para os ganhos que as gestões municipais terão com a obtenção da certificação. “Só temos esta semana para fazer a adesão e colocar à disposição destas pastas do município essa ferramenta de forma gratuita, sem nenhum ônus, mas com ganhos reais ao final dos ciclos de capacitação dos técnicos municipais. Lembrando, ainda que os resultados podem valer uma Certificação de Qualidade da Gestão”, pontuou.

O presidente da Famem, Erlanio Xavier, destacou a importância da certificação e disse que a entidade municipalista tem incentivado e auxiliado os municípios a aderirem à iniciativa. “O Selo é um incentivo para que os municípios ampliem suas políticas sociais, contribuindo para que crianças, adolescentes e suas famílias sejam protegidas socialmente e tenham acesso pleno aos seus direitos fundamentais. Por isso, a Famem é parceira do Unicef na execução do Selo e tem estimulado e prestado assessoria a todos os municípios para que estes venham a aderir a essa importante certificação”, destacou o presidente da Famem, Erlanio Xavier.

ADESÕES

O processo para adesão do Selo Unicef deve ser realizado exclusivamente pelo site www.selounicef.org.br. O prefeito ou prefeita, ou uma pessoa de confiança, deve preencher um formulário com informações do prefeito(a); vice-prefeito(a); secretário(a) municipal de Assistência Social, de Educação e de Saúde; presidente do CMDCA e Articulador(a) do Selo Unicef e Mobilizador(a) de Adolescentes escolhidos(as) pelo prefeito(a).